

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS - 01



(SOBRE)VIVER EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO EM PORTUGAL: A EMERGÊNCIA DE RESPOSTAS INOVADORAS

Andreia Filipa Marque Pina

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1187-7396>.

E-mail: andreia98pina@gmail.com.

Bárbara Salomé Ferreira Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9293-9538>.

Beatriz Simões Lourenço

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5630-3401>.

Eduardo João Ribeiro dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9305-9073>.

Resumo: Assinalado como um fenómeno de extrema vulnerabilidade social, em Portugal, consideram-se em situação de sem-abrigo todos os indivíduos que se encontrem em circunstância de sem-teto, a subsistir em espaços públicos, alojados em abrigos de curta duração, ou sem-casa integrados em alojamento temporário. O artigo em apreço tem como objetivo principal compreender, caracterizar e analisar, do ponto de vista institucional, as tipologias de intervenção que são operacionalizadas pelo setor social junto das pessoas em situação de sem-abrigo. A aditar, pretende examinar a repercussão que a situação pandémica atual do *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) teve na presente população e na prática profissional. Neste sentido, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas a profissionais da área das Ciências Sociais e Humanas que integram respostas sociais orientadas para a atuação com este público-alvo. Concluiu-se que, para além da intervenção direta e integrada junto dos mesmos, é basililar efetuar um trabalho para e com a sociedade, no que toca a consciencialização do seu papel e o combate da discriminação e preconceito, sendo a implementação de práticas inovadoras que integrem atividades de cariz educativo a via privilegiada para alcançar esse fim.

Palavras-Chave: Situação de sem-abrigo. Exclusão social. Intervenção social. Projetos inovadores.

POLÊMICA

LABORE



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar

bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • laboreuerj@yahoo.com.br

SURVIVING IN HOMELESSNESS SITUATION IN PORTUGAL: THE EMERGENCE OF INNOVATIVE RESPONSES

Abstract: Pointed out as a phenomenon of extreme social vulnerability, in Portugal are in a homeless situation all individuals who are without a roof, subsisting in public spaces, housed in short-term shelters, or integrated in temporary accommodations. The main goal of this article is to understand, characterize and analyze, from an institutional point of view, the types of intervention that are operationalized by the social sector with people in homeless situations. In addition, it intends to examine the repercussions of the current situation of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) on the studied population and in professional practice. Therefore, three semi-structured interviews were conducted with professionals who work daily in this context and integrate social responses designed to act with the targeted audience. It was concluded that, in addition to direct and integrated interventions, it is essential to work for and with society regarding the awareness of its role and the fight against its discrimination and prejudice, with essential implementation of innovative practices as the privileged route.

Keywords: Homelessness. Social exclusion. Social intervention. Innovative projects.

Introdução

As pessoas em situação de sem-abrigo representam um dos fenómenos sociais mais complexos e multidimensionais em nível global, existindo uma preocupação, há largos anos, para atenuar e, por outro lado, promover o acesso destes indivíduos aos seus direitos e liberdades fundamentais, em condições de igualdade plena com a restante sociedade. Neste sentido, tem sido basilar o desenvolvimento e a implementação, de modo articulado entre Estado e Terceiro Setor, de um conjunto de instrumentos e normativos legais internacionais e nacionais, com vista a alcançar este desígnio.

No que tange ao contexto português, existe uma pluralidade de instituições e organizações, de suporte formal, que assumem um papel fulcral no quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo (GOMES; GUADALUPE, 2011). Segundo Bento e Barreto (2002), a integração socioprofissional desta população implica “respostas diversificadas, flexíveis e específicas” (p. 110) que vão ao encontro das suas reais necessidades. Neste sentido, Bento (2000, cit. in BENTO; BARRETO, 2002, p. 110) definiu quatro fases no processo de intervenção: a adesão (e.g. equipas de rua); a satisfação das necessidades básicas (e.g. centros de acolhimento, refeitórios); a transição (e.g. residências de transição, ateliers ocupacionais, formação profissional, programas de reabilitação); e a integração (e.g. emprego, empresas de inserção social, família, instituições). Não obstante, a atuação em Portugal ainda se encontra, de modo dominante, direcionada para um agir profissional assistencialista, individualizado e centrado no problema e nas limitações dos indivíduos. Nesta ótica, urge a necessidade de rever as políticas sociais e públicas, implicando o desenvolvimento de metodologias de intervenção inovadoras e complementares às existentes.

Neste seguimento, emerge o presente artigo que visa, através de um procedimento de cariz qualitativo, compreender as tipologias de intervenção que as organizações do setor social realizam junto das pessoas em situação de sem-abrigo, com especial enfoque em metodologias de intervenção inovadoras. A investigação teve como suporte a realização de três entrevistas a agentes profissionais que atuam diariamente num contexto de extrema vulnerabilidade social, que integra pessoas em situação de sem-abrigo.

Enquadramento teórico

A relação entre pobreza e exclusão social: abordagem teórica à situação de sem-abrigo

Na contemporaneidade, a pobreza e a exclusão social impõem-se como duas problemáticas sociais complexas e generalizadas mundialmente. Tendo em conta a sua singularidade, estes fenómenos têm adquirido, ao longo dos tempos, uma panóplia de perspectivas e definições que, mais do que alternativas, são na maioria das vezes complementares, permitindo traçar um quadro menos incompleto deste contexto de extrema vulnerabilidade (COSTA, 2008).

De acordo com Costa (2008), a pobreza é conceptualizada como uma “situação de privação resultante da falta de recursos” (p. 26), sendo que “privação” consiste numa situação de carência em relação às necessidades humanas básicas. Concebe-se, então, a pobreza como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo ela não só um resultado, mas também uma forma, traduzida numa ausência de recursos económicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos (RODRIGUES *et al.*, 1999).

Na perspetiva de Rodrigues *et al.* (1999, p. 66) o conceito de exclusão diz respeito à:

Desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade (associada às mutações económicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (aparecimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão — famílias monoparentais — e enfraquecimento das redes de entajuda familiares, de vizinhança e comunitários).

Este problema social surge, assim, como um resultado inevitável do contraste entre os que utilizam os seus recursos com o objetivo de alcançarem uma participação social integral e aqueles que, por carecerem desses mesmos recursos, se encontram incapacitados de o realizar.

Neste sentido, entende-se a exclusão social como a desintegração de distintos sistemas sociais que contribuem para a produção de comunidades marginalizadas (RODRIGUES *et al.*, 1999).

Face ao exposto, os dois conceitos relacionam-se e fortalecem-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e, conseqüentemente, impede o acesso pleno e livre a bens e serviços socialmente relevantes e imperativos à sobrevivência humana como, por exemplo, uma habitação condigna e cuidados de saúde. Desta forma, coexistem, ao nível da exclusão social, situações diferenciadas entre as quais se podem destacar a situação de sem-abrigo, o desemprego, a marginalidade, a discriminação ou ainda a pobreza (RODRIGUES *et al.*, 1999).

Caraterizado como uma situação que agrega a pobreza e a exclusão social, o conceito de sem-abrigo representa um continuum que integra desde os sujeitos que possuem uma habitação com parcas, ou até mesmo inexistentes, condições de higiene e salubridade, até aqueles que se encontram integrados num alojamento inadequado e/ou inseguro. Deste modo, ultrapassa, em larga medida, a conceção tradicional de “sem-abrigo” designar apenas a situação de um sujeito que não dispõe de um abrigo ou que vive em espaços públicos (ROSA; GUADALUPE, 2015).

Neste âmbito, a Federação Europeia de Organizações a Trabalhar com Sem-Abrigo, (FEANTSA) juntamente com os seus membros, sistematizou e desenvolveu uma tipologia relativa às várias formas de exclusão ao nível da habitação, estabelecidas na ETHOS – European Typology of Homelessness. Esta tipologia é composta por quatro categorias conceptuais, em função da sua circunstância, num estimado período de tempo: os sem-teto, que diz respeito aos indivíduos que se encontram em espaços públicos, em abrigos de emergência ou cujo paradeiro se define por ser em local precário; os sem-casa que corresponde aos sujeitos que estão acolhidos em centros de alojamento temporário; aqueles que possuem uma habitação insegura; ou ainda as pessoas que residem numa habitação inadequada (FEANTSA, 2007).

O conceito de sem-abrigo designa um fenómeno lato, pelo que se tornou uma preocupação eminente das entidades de âmbito público e social garantir uma homogeneidade na definição. Este cuidado emerge com o intuito de se proceder à utilização dos mesmos critérios no levantamento dos dados e, conseqüentemente, na caracterização destas pessoas, potenciando uma melhoria significativa ao nível do planeamento e da intervenção efetuada. Assim, nesta linha de pensamento, procedeu-se à alteração da concetualização de “sem-abrigo”

para “pessoa em situação de sem-abrigo”, reconhecendo que essa problemática pode somente caracterizar uma fase de vida, preferencialmente transitória, ao invés de ser percebida como uma condição de vida (GRUPO DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA [GIMAE], 2018).

Em Portugal, considera-se uma pessoa em situação de sem-abrigo quem, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem-teto, a viver no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem-casa, encontrando-se num alojamento temporário destinado para o efeito (GIMAE, 2018).

De acordo com Gomes e Guadalupe (2011), a situação de sem-abrigo traduz um processo complexo e multidimensional que pode atingir não só os sujeitos em situação de vulnerabilidade, mas também indivíduos que vivenciam um contexto socioeconómico estável e que subitamente veem a sua vida destabilizar radicalmente. Neste sentido, o Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.) descreve no Estudo dos Sem-Abrigo (2005) duas tipologias de sem-abrigo: os sem-abrigo crónicos e os novos sem-abrigo. O primeiro diz respeito ao conjunto de indivíduos que experienciam viver na rua durante anos, pelo que apresentam um elevado desgaste físico associado a doenças físicas e/ou mentais, assim como um sentimento de (in)conformismo face sua situação. O segundo, contrariamente, é definido por uma multiplicidade de perdas recentes, sejam profissionais, familiares ou individuais, que carecem de uma intervenção para (re)integrar a esfera societal.

Em resultado da complexidade e da transversalidade deste fenómeno, a população em situação de sem-abrigo, em Portugal, tem registado um forte incremento na última década. Tal facto é expressivo quando nos últimos Censos, realizados no ano de 2011, é constatado que em Portugal existiam 682 pessoas em situação presente de sem-abrigo e, mais recentemente, em 2018, após um estudo desenvolvido pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), foram identificadas 2.428 (40%) “sem-casa” e 3.616 (60%) “sem-teto”, perfazendo um total de 6.044 sujeitos neste contexto. O Relatório da ENIPSSA de 2018 descreve esta população como sendo, maioritariamente, do género masculino (83.85%), de nacionalidade portuguesa e com naturalidade no concelho onde se encontram, com idades compreendidas entre os 45 e 64 anos e solteiros/as. A aditar ao exposto,

e mantendo-se a tendência revelada nos Censos de 2011, é junto aos principais centros urbanos do país que este fenómeno é mais expressivo, estando presentes, em 2018, 2.473 sujeitos em situação de sem-abrigo em Lisboa e 560 no Porto (GIMAE, 2020).

Para além dos dados demográficos, é basilar descrever os determinantes sociais que contribuem de sobremaneira para a emergência e, conseqüentemente, para a perpetuação da situação de sem-abrigo na atualidade, sendo eles, simultaneamente, fatores estruturais e individuais. Na senda de Bento e Barreto (2002), salientam-se em nível estrutural as condições socioeconómicas, a exclusão social e os processos de desinstitucionalização; e em nível individual, as perturbações psiquiátricas, as parcas competências educacionais e profissionais, a desafiliação e a identificação cultural. O Relatório da ENIPSSA realizado em 2018 corrobora o exposto, descrevendo como principal fonte de rendimento desta população o Rendimento Social de Inserção (RSI); no que concerne à escolaridade concluída pela maioria destes indivíduos é destacado o primeiro ciclo do ensino básico (ENIPSSA, 2011) e relativamente ao tempo de permanência em situação de sem-abrigo, maioritariamente, é entre um e menos de cinco anos, por motivos de dependência de álcool ou substâncias psicoativas (2.427 pessoas), ausência de suporte familiar (1.801 pessoas), desemprego ou precariedade no trabalho (1.446 pessoas) e problemas de saúde mental (1.286 pessoas) (GIMAE, 2020).

Políticas sociais vocacionadas para o combate à situação de sem-abrigo

A pobreza e a exclusão são fenómenos intoleravelmente extensos, diversificados e em processo de intensificação, o que implica que as políticas sociais devam ser complexas e exigentes para combater estes fenómenos, particularmente, a problemática da população em situação de sem-abrigo (CAPUCHA, 1998). Em nível internacional, é de destacar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL, 2005) que refere que todos os seres humanos nascem livres, iguais em dignidade e em direitos, tendo o Estado a incumbência de garantir, a todos os cidadãos, melhores condições de vida e participação plena em todas as esferas do tecido social.

A acrescentar ao supramencionado, e como meio de tornar o futuro um lugar mais inclusivo e igualitário, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apresenta um compromisso de luta contra a pobreza e promoção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e global. Esta Agenda inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), entre eles, e para o que importa no presente enquadramento temático, o primeiro objetivo: erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares (PLATAFORMA ONGD, s.d.). Nos termos do Relatório referido, a pobreza e exclusão social exigem uma ação a médio e longo prazo, priorizando um sistema educativo mais abrangente, que favoreça a diminuição das desigualdades nos rendimentos primários e interventivo na quebra da transmissão da pobreza intergeracional; uma repartição equilibrada dos rendimentos, por via das transferências sociais e impostos; um mercado de trabalho mais inclusivo e sustentável; e, por último, um sistema de proteção social mais eficaz, eficiente e capaz de se ajustar às mutações da realidade social.

Todavia, também em nível nacional estão implementadas políticas públicas com o intuito de combater esta situação de extrema vulnerabilidade. Neste sentido, destaca-se primeiramente a Constituição da República Portuguesa que, sendo concebida como a Lei suprema de Portugal, consagra os direitos dos cidadãos, os princípios orientadores pelos quais o Estado Português se rege e as orientações políticas a serem seguidas. Neste seguimento, é este documento legislativo que determina que todos os cidadãos têm direito a uma habitação adequada, a trabalho digno, à proteção na saúde e à proteção social (GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2017).

A acrescentar ao descrito, a ENIPSSA 2017-2023 é o programa-resposta vigente em termos de políticas públicas que decorre da iniciativa do estado português e tem como propósito consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, direcionada para pessoas em situação de sem-abrigo. A ENIPSSA 2017-2023 defende que a atuação deve ocorrer em três eixos de intervenção, sendo estes, respetivamente, o conhecimento do fenómeno; o reforço qualitativo da intervenção promotora da integração de pessoas em situação de sem-abrigo; e a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023. Estes 3 eixos dividem-se em 15 objetivos estratégicos, 67 ações e 102 atividades, que foram promulgadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2017 de 25 de julho. De modo a alcançar os objetivos estratégicos existem, em nível local, Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) coordenados pelas autarquias locais que, por sua vez, são responsáveis pelo acompanhamento multidisciplinar das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como pela articulação das diversas instituições que o constituem, de modo a otimizar recursos disponíveis e evitar a sobreposição de respostas (NPISA, 2018).

No âmbito do segundo eixo de intervenção da ENIPSSA 2017-2023, nomeadamente, o reforço qualitativo da intervenção, as práticas inovadoras figuram-se como um elemento central para a promoção da qualidade de vida da população em situação de sem-abrigo e, em última instância, para o crescimento de países, setores, organizações e instituições (CASSIOLATO; LASTRES, 2000). Este processo de inovação caracteriza-se pela exploração de conceitos, com vista ao desenvolvimento sustentável da sociedade em geral e implica o envolvimento de profissionais especializados das áreas em questão (GODINHO, 2013). Os resultados do processo de inovação devem ser socialmente determinados e fortemente influenciados pelos formatos institucionais e organizacionais particulares e exclusivos da área de intervenção, neste caso, as políticas públicas que envolvem sujeitos sociais excluídos e marginalizados (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

Deste modo, no quadro das políticas públicas inovadoras, é de destacar o modelo de intervenção ecológico e colaborativo denominado *Housing First*. De acordo com Pleace (2016), este modelo proporciona uma habitação independente e integrada na comunidade a indivíduos com experiência de sem-abrigo e com duplo diagnóstico de doença mental e/ou adição. O *Housing First* providencia um conjunto de serviços de âmbito técnico-profissional, flexíveis e individualizados, no contexto natural dos residentes, através de uma filosofia de *empowerment*, onde se assiste a um compromisso ativo de parceria e de colaboração entre profissionais e residentes. No que tange às problemáticas aditivas e/ou de doença mental, o projeto não requer, aos residentes, condições prévias de abstinência para obterem uma casa, mas são ativamente encorajados a reduzir os consumos e a usufruir dos tratamentos disponíveis na comunidade. Todavia, importa reforçar que os mesmos não são obrigados a fazê-lo, isto é, a participação em programas de tratamento depende exclusivamente dos indivíduos e da sua motivação (PLEACE, 2016).

Em suma, observou-se que a situação de sem-abrigo representa um acumular de episódios de pobreza, exclusão social e de vulnerabilidade que se fortalecem mutuamente e, como tal, urgem ser combatidos. Assim, embora as pessoas em situação de sem-abrigo vejam a sua situação ser consagrada ao nível das políticas públicas nacionais e internacionais, a realidade demonstra que estas não são suficientes. Desta forma, emerge a necessidade de reforçar respostas sociais e/ou projetos inovadores neste domínio, onde a aditar à satisfação das

necessidades básicas destes indivíduos, exista uma preocupação com a sua (re)integração na sociedade, capacitando-os em nível pessoal, social e profissional.

Pesquisa empírica

Objetivos

Com base no conteúdo exposto no decorrer do enquadramento teórico e, por sua vez, nas carências detetadas ao nível da intervenção com este público-alvo desencadeou-se, para a presente investigação, um conjunto de indagações e preocupações. Estas prendem-se, nomeadamente, com a necessidade de escrutinar as práticas inovadoras vigentes em Portugal, analisando a sua metodologia de ação, se permitem atenuar este fenómeno social e, ainda, compreender como estão articuladas com processos de intervenção mais tradicionais.

Neste sentido, o artigo científico em apreço apresenta como objetivo geral compreender as tipologias de intervenção que as organizações do setor social realizam junto das pessoas em situação de sem-abrigo, com especial enfoque em metodologias de intervenção inovadoras. Procedeu-se, para tal, à análise de Entidades cuja intervenção é efetuada sob o ponto de vista assistencialista e, por outro lado, a emergência e difusão de projetos inovadores voltados para a (re)integração social deste público-alvo.

A aditar e como forma de alcançar o objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: caracterizar do ponto de vista institucional a intervenção realizada pelas Entidades entrevistadas junto das pessoas em situação de sem abrigo; caracterizar a avaliação que os profissionais fazem das linhas de intervenção (inovadoras) já existentes; e, por fim, analisar o impacto que a pandemia provocada pela COVID-19 teve junto desta franja populacional e na práxis profissional.

Metodologia e procedimentos

A presente investigação insere-se no domínio da investigação qualitativa exploratória, privilegiando a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados. Neste tipo de entrevistas, as questões têm por base um guião no qual se define e se registra a informação essencial para o entrevistador, todavia existe liberdade de resposta por parte do entrevistado, possibilitando-lhe referir o que considera mais relevante (AMADO, 2017).

Em termos estruturais, a entrevista é constituída por dois grupos de interrogações sendo o primeiro relativo à caracterização educativa e profissional do inquirido, cujo perfil é traçado quanto às variáveis habilitações literárias, situação profissional atual, funções que desempenham e como lidam com o seu cotidiano profissional. O segundo grupo de questões, por sua vez, diz respeito à caracterização do contexto institucional que inclui: o propósito da instituição, as respostas sociais existentes, a caracterização do público-alvo, as potencialidades e limitações da intervenção e a importância do trabalho em rede. Neste seguimento, no segundo grupo, são ainda questionados aspectos relativos à avaliação que os profissionais fazem das linhas de intervenção (inovadoras) existentes, bem como o impacto que a pandemia provocada pela COVID-19 teve junto deste público-alvo e, por conseguinte, na prática profissional.

No que concerne aos participantes, a presente investigação foi desenvolvida com três profissionais, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, com formação académica na área das Ciências Sociais e Humanas. Atualmente, estes técnicos integram Instituições Particulares de Solidariedade Social orientadas para a atuação no domínio da pobreza e exclusão social, nomeadamente, e para o que importa para a presente investigação, população em situação de sem-abrigo.

Neste sentido, na realização do presente estudo privilegiaram-se os princípios éticos inerentes à investigação, tendo para tal sido utilizado o consentimento informado, como meio de informar os profissionais entrevistados acerca dos objetivos do estudo, assim como da garantia de confidencialidade e de anonimato das informações obtidas, restringindo as mesmas para efeitos do presente estudo. De notar que, face à situação pandémica atual e às restrições por si impostas, todas as entrevistas foram efetuadas por via da plataforma digital *ZOOM*.

A fase de recolha de dados decorreu entre os meses de novembro e dezembro do ano de 2020 e, posteriormente, foi efetuado o devido tratamento da informação obtida, recorrendo-se, para tal, à análise de conteúdo. Atendendo à inexistência de categorias pré-definidas construíram-se, para efeitos do vigente artigo, grelhas de análise que incluíram categorias, subcategorias e unidades de contexto (BARDIN, 2016). De modo a salvaguardar o anonimato dos inquiridos, na análise das entrevistas realizadas, considerou-se crucial denominá-los por E1, E2 e E3.

Apresentação de resultados

No que concerne à caracterização institucional, observaram-se aspectos comuns às três entidades entrevistadas, constatando-se que o objetivo principal é o trabalho junto das pessoas em situação de vulnerabilidade social, envolvendo-as ativamente neste processo, com o intuito de as (re)integrar na sociedade. Esta afirmação é observada no relato dos três profissionais, sendo descrito por E1 que o objetivo da Instituição passa por *“trabalhar contra a pobreza e a exclusão social sempre numa perspectiva de envolver as próprias pessoas em situação de pobreza, isto porque [...] a participação das próprias pessoas é no fundo um fator de maior integração e inclusão [...]”*. Neste sentido, também E2 afirma que a Instituição visa *“contribuir para a inclusão social e econômica de populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social numa perspectiva de proximidade e de envolvimento das populações, centrando a sua intervenção no cidadão e nas capacidades da própria comunidade”*. Na terceira entrevista, seguindo a lógica das anteriores, o profissional declarou que a instituição tem como missão *“[...] ir ao encontro do outro, promover a saúde, a redução de riscos [...] a inclusão das pessoas na comunidade, e defende valores como o humanismo, a proximidade [...] os direitos humanos [...] nós temos como objetivos erradicar [...] as situações de sem-abrigo [...]”*.

No que se refere às respostas sociais que as Instituições disponibilizam para a população em situação de sem-abrigo, observou-se que para além da satisfação das necessidades básicas, os equipamentos sociais entrevistados, procuram capacitar os indivíduos, como observável no discurso de E1 *“[...] temos um outro projeto que é o CLICK que trabalha sobretudo com pessoas em situação de vulnerabilidade social para no fundo lhe atribuir competências do nível pessoal, social para numa tentativa também de as integrar no mercado de trabalho”*. No âmbito das respostas inovadoras, observou-se que a instituição que agrega mais respostas inovadoras é a última, sendo perceptível no discurso do entrevistado ao mencionar que *“[...] os tipos de resposta que nós damos essencialmente são [...] um dropin, um programa de Housing First... um Restaurante, onde as pessoas trabalham [...] um Projeto de rastreio de HIV e de Hepatite C [...] de tratamento no próprio terreno [...]”* (E3). Neste âmbito, na entrevista realizada com a segunda resposta social, constatou-se que esta não trabalha diretamente com esta população, desenvolvendo um trabalho essencialmente de articulação com os equipamentos sociais existentes na cidade, direcionados para as pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente,

o Centro de Respostas Integradas ou Divisão de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências e o Centro de Acolhimento Temporário.

Quanto às estratégias executadas para desconstruir o preconceito existente na sociedade E2 destaca que pretendem, através da intervenção pela arte, consciencializar para esta problemática, como observável no seu discurso *“a exposição [...] em que nós mostramos os locais onde pernoitam as pessoas em situação de sem-abrigo acabou por ser um elemento importante [...]; o nosso projeto dos “Giros na Rua” em que nós utilizamos uma metodologia do Photovoice [...] para dar expressão às pessoas e [...] como resultado disso identificamos alguns problemas que eles viam na cidade [...] então eles próprios propuseram criar um grupo “Giros à pintura” e fizeram algumas ações [...] depois nós divulgamos pela comunicação social local e [...] apesar de serem arrumadores, os sem-abrigo [...] estavam interessados em melhorar o aspeto de algumas zonas aqui da nossa comunidade e, portanto, este tipo de ações [...] acaba por melhorar a imagem que os outros têm sobre estas pessoas [...]”*. Neste sentido, também numa lógica inovadora, E3 enfatiza que tem *“feito [...] imensa advocacy junto dos decisores políticos [...] nós temos convidado a visitar as pessoas [...] e estas pessoas a falarem diretamente com eles e a explicarem [...]”. Depois temos feito campanhas [...] sobre os mitos [...] construímos flyers [...] pusemos nas nossas redes sociais [...] e também nós próprios entregamos alguns flyers na sociedade civil”*.

Relativamente à caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo existe um consenso, pelas três Instituições, sendo referido por E1 que estas pessoas acumulam *“dois fenómenos bastante complexos elas estão em situação de pobreza e estão em situação de exclusão social [...] provavelmente vivem na rua não têm acesso à habitação, provavelmente, não têm acesso a um emprego, algumas delas têm problemas de saúde mental, outras têm problemas de álcool ao nível das dependências”*, afirmação esta que se encontra em consonância com a perspetiva verbalizada por E2 *“a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo são homens [...] a faixa etária varia muito [...] é uma pessoa que tem multiproblemas [...]”*. Por sua vez, a par com a caracterização destes sujeitos que se encontra em conformidade com o que fora referido nas restantes entrevistas E3 destaca, igualmente, a questão habitacional como fator preponderante *“em Portugal há uma Estratégia [que] define as pessoas em situação de sem-abrigo como pessoas sem-teto ou sem-casa”*.

No que tange à acessibilidade às instituições de Terceiro Setor, por parte da população em estudo, salientam-se, por norma, duas possibilidades *“através da equipa de rua e somos nós que vamos aos locais e nós é que identificamos ou então chegam por sinalizações que nos vêm de pessoas [...] que também já estão em situação de sem-abrigo ou que têm outros problemas [...] e que acompanham a pessoa à nossa instituição”* (E2). Deste modo, E1 confirma o exposto ao reforçar que não sendo uma Associação de Ação Social direta aquilo que fazem *“é encaminhar para entidades que trabalham diretamente com as pessoas em situação de sem-abrigo”*. E, no mesmo sentido, a aditar às equipas de ruas, na E3 o profissional afirmou que têm *“[...] espaços como, por exemplo, um dropin onde as pessoas podem ir diariamente [...] [satisfazer as suas necessidades básicas] ou podem por exemplo vir à nossa sede pedir qualquer tipo de [...] necessidade que as pessoas tenham”*.

Relativamente à taxa de sucesso da intervenção todas as instituições mencionam que não têm números exatos para facultar, mas nos discursos dos entrevistados observaram-se pontos fortes do agir profissional *“desde o acesso a cuidados de saúde”* ao *“diminuir dos problemas com a polícia e com os conflitos que tinham com a cidade”* (E2). No entendimento de E3 *“[...] no projeto Housing First o nosso objetivo é que as pessoas não voltem à situação de sem-abrigo [...] e 90% destas pessoas não volta. [...] no Restaurante [...] nós incluímos 12 pessoas no mercado de trabalho, quando existe uma grande crise de desemprego.”*

No que toca às potencialidades da intervenção as entidades sociais destacaram, principalmente, a coerência dada *“aos direitos humanos e [...] vemos as pessoas como pessoas [...]”. Nós trabalhamos com as franjas, com os vulneráveis e mais do que tudo queremos dar expressão e integrá-las nas atividades que existem da cidade”* (E2). Relativamente à instituição que não possui intervenção direta com o público-alvo, realça que *“através da capacitação dos profissionais, das organizações e das próprias pessoas em necessidade social [...] nós acreditamos que estamos também nós a contribuir para a inclusão destas [...]”* (E1). Nesta lógica de continuidade, E3 elucida que o principal ponto forte da organização são os *“recursos humanos que [...] pensem e acreditem que estas pessoas podem [...] sair da situação de sem-abrigo [...] consigam sempre ver uma perspetiva [...] positiva [...] olhem para as potencialidades que estas pessoas têm [...] competências [...]”*.

Por outro lado, no que comporta as limitações é referido por E2 que *“[...] com este público temos uma série de dificuldades e constrangimentos [...] são públicos*

multidesafiantes”. Todavia, as limitações não se associam apenas à população em situação de sem-abrigo, sendo por isso referido pela primeira inquirida que no trabalho com outras associações “*o desafio, de facto, é conseguirmos ter as mesmas linguagens e, no fundo, estarmos identificados com a missão, ativarmos esses recursos [...] porque a tendência é cada um trabalhar para si*”. Nesta continuidade, também na terceira entrevista, o respondente adita que a “[...] *pouca flexibilidade que os recursos públicos muitas vezes têm, para ajudar [...] o próprio sistema cria as maiores barreiras para que estas pessoas saiam da situação de sem-abrigo [...] dá uma grande resposta [...] a nível do assistencialismo [...] estas pessoas precisam de ter direitos e não a vontade individual de cada técnico que acha que está bem e que acha que está mal.*”

É, ainda, um pilar fundamental para o sucesso das intervenções, a articulação interinstitucional, o denominado trabalho em rede, dado que ao partilhar a intervenção “*conseguimos resolver de forma muito melhor a problemática [...] e definir estrategicamente aquilo que é o nosso foco*” (E2) e, em última instância, permite a “*capacitação das pessoas*” dada a vasta área de intervenção, quer das organizações sociais, como dos seus profissionais (E1). Contudo, importa ainda referir que, neste âmbito, o trabalho desenvolvido pelo NPISA é fulcral, pois permite que seja o local “[...] *onde todas as entidades articulam e [...] reúnem.*” Do mesmo modo, os profissionais desta instituição procuram “[...] *também criar reuniões paralelas às que já existem com as instituições que trabalham nesta área [...] com outras entidades internacionais e promovemos esses encontros*” (E3).

Quanto à avaliação elaborada pelas instituições entrevistadas face às intervenções inovadoras existentes, estas apontam algumas fragilidades ao nível das Políticas Públicas, visto que uma das observações efetuadas por E2 era a de “[...] *criarmos aqui uma rede nacional em que identificamos todas estas pessoas [...] é fundamental que esta articulação seja forte em termos locais [...] e nacionais.*” Todavia, a aditar às preocupações relatadas, as instituições revelaram receios com a nova estratégia de acolhimento habitacional partilhado das pessoas em situação de sem-abrigo, como apontado em E2 “[...] *estar a pôr estas pessoas todas no mesmo espaço muitas vezes é criarmos mais problemas [...] esta solução de ser individual e ser dispersa pela cidade [...] para que a pessoa se tenha que adaptar às regras do condomínio.*” Neste seguimento, E3 refere a importância de se desenvolver “[...] *uma política de prevenção [...] podemos falar até quase aqui de quatro ou cinco eixos [...] que tem a ver com a pobreza*

[...] discriminação [...] com a lei do trabalho [...] na falha do suporte social [...] das políticas de habitação [...] os motivos individuais [...] dependências, com a saúde mental [...] tendo como objetivo que as pessoas não cheguem à situação de sem-abrigo”.

No que toca à opinião sobre o modelo *Housing First*, as respostas são unânimes ao descrevê-lo como basilar no presente contexto de intervenção como demonstra E1 “*eu acho que é uma excelente resposta [...] trabalha, em primeiro lugar, a questão da habitação [...] há também uma contrapartida e uma responsabilidade dessas pessoas a nível do pagamento das despesas da renda e [...] têm uma equipa técnica que os vai ajudando [...] é uma resposta eficaz e eficiente e até menos onerosa do que muitas vezes os internamentos compulsivos*”; E2 acrescenta “*eu acho muito mais digno que a pessoa tenha o seu espaço [...] e o técnico [...] orienta não só o plano individual para esta pessoa mas também tem de estar atento a outras [...] especificidades.*” Neste âmbito, E3 menciona que “*o Housing First tem provado [...] que é uma ótima [...] metodologia [...] promove a coesão social porque coloca as pessoas a terem relações diretas com os vizinhos [...] as políticas de intervenção têm de, tendencialmente, [...] [seguir o] caminho da intervenção individual e não a intervenção massificada [...] por isso é que o Housing First tem esse potencial.*”

Quando inquiridas sobre outras práticas inovadoras, o *Housing First* foi considerado uma iniciativa como uma elevada importância, afirmando E1 que “*[...] não tenho conhecimento de outros programas que estejam a ser realizados. Sei que este é um programa pioneiro, com experiência noutros países [...]*”. Nesta continuidade, E2 anui ao narrar “*agora é mesmo isto, é Housing First, Serviços de Emergência e depois Apartamentos Partilhados*”. No âmbito de práticas inovadoras é, ainda, pertinente evidenciar o projeto É um Restaurante desenvolvido pela terceira resposta social onde E3 refere que “*as pessoas estão um mês em formação na Escola de Hotelaria de Lisboa, depois têm 15 dias de formação com a nossa equipa [...] numa perspetiva [...] das relações interpessoais, de como estar, de como se apresentar e depois estão 6 meses on the job no nosso Restaurante e depois a ideia é que [...] sejam colocadas no mercado de trabalho*”. No decorrer da terceira entrevista é de salientar a alusão de outros projetos que se configuram, também, de extrema relevância e inovadores, nomeadamente, “*[...] há um projeto de restauração no Porto que trabalha, eu penso que em moldes diferentes [...] estão a ser implementados vários apartamentos partilhados [...] a revista CAIS vende revista que as pessoas revendem [...] um quarto dos nossos colaboradores*

são pessoas que vieram da situação de vulnerabilidade [...] tem uma horta em que as pessoas cultivam e também está a vender produtos [...] claramente que estamos a passar de uma política de assistencialismo para uma política mais profissional, não tenho dúvidas disso, mas ainda há um longo caminho a percorrer.”

Relativamente ao impacto da atual conjuntura pandémica junto da população em situação de sem-abrigo, as instituições demonstraram-se preocupadas e indignadas com as respostas que o estado português providenciou, visto que sob a ótica de E2, na zona geográfica onde intervém, *“criaram só um centro de emergência temporário, assim que acabou o estado de emergência as pessoas tiveram que voltar para a rua [...] isto traz perda de confiança das pessoas [...] e depois temos de fazer novamente todo o trabalho de motivação [...] está a aumentar o número de pessoas em situação de sem abrigo, houve muita gente que saiu dos estabelecimentos prisionais que ficaram em situação de sem abrigo [...] foi uma medida [...] muito mal planeada e muito mal executada [...]”*. Neste domínio, E3 reforça que *“estas pessoas ficaram muitas vezes sem recursos [...] muitas pessoas que estavam a trabalhar antes da pandemia [es]tão a chegar à situação de sem-abrigo(...) a linha é muito mais ténue”*. Por exemplo, o entrevistado alude que no *“[...] projeto é um Restaurante [...] antes da pandemia, nós tínhamos [...] mais oferta de trabalho do que pessoas para ocupar essas vagas, com a pandemia aconteceu precisamente o contrário, até pessoas que já estavam a trabalhar e ficaram sem os seus empregos [...]”*.

Porém, apesar de cético em relação à atualidade, E1 acredita que *“vamos conseguir integrar as pessoas em situação de sem-abrigo, mas é um desafio muito grande [...] A minha esperança é que de facto a resolução e a integração seja mais célere [...] para evitar de facto esta desumanização”*. Neste seguimento, a segunda entrevistada sente que *“há aqui o interesse político de melhorar a situação [...] já chegou a mais pessoas [...] creio que há uma consciencialização em termos sociais, mas de facto há muito mais gente, portanto, também alguma coisa teria que ser feita [...]”*. A aditar ao exposto, o terceiro inquirido expõe que *“a cidade de Lisboa tinha a perspetiva de criar 380 casas de Housing First até 2023 devido à pandemia, quis implementar essas 380 casas já em 2020 [...] grande investimento da cidade de Lisboa de criar várias respostas de apartamentos partilhados, de programas de emprego [...] casas de transição para as pessoas sem-abrigo [...] esta questão de pandemia veio acelerar muito estes projetos [...]”*. Em forma de conclusão, E3 refletiu que *“vão existir muito*

mais respostas para as pessoas em situação de sem-abrigo a nível nacional [...] acho que a intervenção vai dar muito mais voz a estas pessoas [...] vai fazer com que as pessoas participem mais nas políticas públicas, [...] espero que haja mais investimento na investigação [...] e que haja respostas mais efetivas com mais dignidade para estas pessoas que já começam a existir”.

Discussão de resultados

Uma vez apresentados os dados obtidos a partir das três entrevistas realizadas a profissionais sociais, importa, de modo a garantir a validade das conclusões obtidas e, consequentemente conferir-lhes maior credibilidade, efetuar uma triangulação dos dados. Deste modo, esta triangulação foi efetuada através dos dados recolhidos na investigação, confrontada com os saberes teórico-práticos da equipa de investigação e através de literatura congénere.

No que concerne à sociedade portuguesa, o instrumento de política social e, por conseguinte, de acesso a direitos sociais, decorre da Lei de Bases do Sistema da Segurança Social, consagrada na Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro. Este documento legislativo inclui o sistema de Ação Social que visa assegurar, através de prestações pecuniárias e acesso a serviços e equipamentos, proteção social a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconómica, tais como, e para o que importa para a presente investigação, a população em situação sem abrigo. Neste domínio, as organizações de Economia Social, onde se inscrevem as Instituições entrevistadas, possuem uma ação basilar visto que asseguram, através de financiamento da Segurança Social e/ou outras estruturas similares, a satisfação das necessidades básicas e, posterior, (re)integração social e o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos.

No que toca ao público-alvo em estudo, apesar de estarem enraizados determinados estereótipos sociais e características individuais, nomeadamente, ser do sexo masculino com poucas habilitações literárias, solteiro ou divorciado aliado a patologia mental e/ou dependência de substâncias psicoativas, que vai ao encontro do enunciado pelos inquiridos, a literatura científica tem espelhado uma realidade deveras distinta e heterogénea do ponto de vista do percurso de vida dos sujeitos (GOMES; GUADALUPE, 2011). Assim, de acordo com Costa (1998) a condição de sem-abrigo configura-se como um fenómeno pluridimensional que acarreta clivagens com diversos sistemas sociais, designadamente, com as redes de relações interpessoais, bem como, em nível financeiro, organizacional, comunitário e simbólico.

Esta problemática social reveste-se de extrema complexidade e urge uma intervenção premente, de qualidade e concertada entre os diferentes atores sociais. De acordo com o Relatório de Avaliação Intercalar 2019 da ENIPSSA, é de destacar o trabalho de proximidade desenvolvido pelas Equipas de Rua no incremento das condições de vida dos sujeitos que não solicitam apoio junto dos serviços e que é corroborado no discurso das instituições inquiridas. A aditar ao exposto, importa salientar a abordagem das entidades baseadas no modelo integrado que compreende um “conjunto alargado de políticas sociais, que resultam em instrumentos de intervenção numa ótica de redução de riscos, dirigindo-se de forma integrada a várias áreas com impacto na inclusão social das pessoas” (AIRES, s.d., p. 33).

Para além da intervenção direta e integrada junto da população em análise, é essencial um trabalho para e com a sociedade no que toca ao combate à discriminação e preconceito, como descrito pelos entrevistados. Estes sujeitos são perspetivados pelos demais em função das suas problemáticas, carências e desvantagens biopsicossociais relegando para segundo plano os conhecimentos e aptidões sobre si próprios e acerca da comunidade onde estão integrados (NOGUEIRA; FERREIRA, 2007). Apesar do trabalho desenvolvido pelos voluntários se figurar como mecanismo de consciencialização e sensibilização, é crucial um investimento político de modo a superar estas práticas assistencialistas e fortalecer projetos que agreguem valor simbólico, não só ao indivíduo, mas também à comunidade e que sejam verdadeiros motores de transformação, como por exemplo, a intervenção social preventiva pela arte.

Esta tipologia de intervenção baseada em ações colaborativas e concertadas com a comunidade possibilita “trazer ao conhecimento público as lutas dos que sofrem múltiplas exclusões e servir como meio para mostrar as suas preocupações, defender seus pontos de vista e experiências” (MARQUES, 2013, p. 121). Através de uma estratégia de “*bottom-up*” é, indubitavelmente, um veículo poderoso para (re)aproximar grupos socialmente excluídos da malha societal, permitindo a emergência de laços comunitários relevantes, bem como a partilha e compromisso de responsabilidades em assuntos de interesse comum. Em última instância, é uma abordagem interventiva que permite o desenvolvimento de capital cultural e social e economicamente mais acessível do que financiar serviços e equipamentos assistencialistas que perpetuam ações segmentadas que apenas mascaram as consequências biopsicossociais originadas pela exclusão (MARQUES, 2013).

As potencialidades da intervenção descritas pelos entrevistados encontram-se em consonância com as que foram referidas na investigação desenvolvida por Gomes e Guadalupe (2011) nomeada “Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra”, onde as autoras salientam a “*partilha de experiências*”, a “*facilidade em encontrar respostas*” ou ainda “*a criação de sinergias*” (p.80) como os grandes pontos fortes do agir profissional. Contudo, a atuação é pautada, igualmente, por limitações e, neste sentido, o estudo referido é elucidativo identificando o “*protecionismo ou fechamento institucional*”, o “*excesso de burocracia*”, o “*desinteresse e passividade*”, a “*falta de recursos humanos*”, a “*falta de capacidade de decisão dos representantes*” e, do mesmo modo, “*as dificuldades de comunicação*” (p. 80). No mesmo entendimento, Batista (2004) afirma que continuam a existir díspares lacunas em termos das respostas ocupacionais diurnas, de habitação apoiada e assistida, bem como, ao nível da saúde mental e para os idosos que se encontram neste contexto singular.

Neste sentido, é referido pelos profissionais que o trabalho em rede é essencial para uma intervenção eficaz e eficiente, visto que ao ser percecionado como os modos de organização, ao nível do trabalho intra e interinstitucional, as entidades agregam e direcionam todos os recursos para a mudança destes sujeitos (GUADALUPE, 2016). No mesmo sentido, de acordo com Bento e Barreto (2002) a atuação *in loco* é, igualmente, crucial para o desenvolvimento de uma relação de confiança com estas pessoas.

Face às políticas, na literatura, é referido que as instituições atuam, maioritariamente, seguindo a lógica de uma política de urgência que entende a satisfação das necessidades básicas como prioritária e, como tal, menospreza a “qualificação e formação profissional, promoção de sentido de autonomia e autoeficácia” que são também essenciais na vida destes sujeitos e, quando realizadas, podem contribuir para satisfazer as suas necessidades primárias. Assim, é entendida a premência do desenvolvimento de políticas de intervenção que assentem “numa lógica de promoção do empoderamento e não numa lógica de assistencialismo” (JESUS; MENEZES, 2010, p. 526).

Neste seguimento, com o intuito de complementar as práticas de intervenção assistencialistas, tem se verificado o incremento de Projetos inovadores, do qual é exemplo o projeto *Housing First*. Este projeto, desenvolvido nos anos 90, foi criado para auxiliar pessoas com patologia mental que se encontravam a viver na rua, contudo, na contemporaneidade, o *Housing First* foca os seus recursos na diminuição do número de pessoas que se encontram em

situação de sem-abrigo e que possuem, conseqüentemente, uma grave carência ao nível dos apoios institucionais (PLEACE, 2016).

De acordo com o autor supramencionado, este modelo é desenvolvido com base em oito princípios, sendo eles, respetivamente: a habitação é um direito humano; escolha e controlo dos sujeitos; separação da habitação e do tratamento; orientação para a recuperação; redução dos danos; compromisso ativo sem coerção; planificação centrada na pessoa; e, por fim, o apoio flexível e disponível durante o tempo necessário (PLEACE, 2016).

Tendo em consideração o explanado, é perceptível que neste modelo a habitação e o apoio concedido são independentes, dado que o acesso à habitação por parte destes indivíduos, embora tenha implícita uma orientação, por parte dos técnicos, no intuito de existir uma recuperação, não implica a integração imediata em processos de tratamento das suas patologias (AIRES, s.d.). Contudo, a intensidade do apoio que é prestado, pode ser maior ou menor, de acordo com necessidades individuais, para que se possa responder positivamente no dia-a-dia destas pessoas (PLEACE, 2016). De realçar que esta metodologia de atuação foi difundida com o propósito de ser um instrumento complementar aos serviços e equipamentos sociais vigentes, com vista a potenciar a capacidade de resposta junto de determinados indivíduos em condição de sem-abrigo (AIRES, s.d.).

No contexto português, podem ainda ser identificadas a génese de outras práticas inovadoras. Destacam-se, por exemplo, os projetos: “É Um Restaurante” (Lisboa) onde os serviços de restauração são garantidos por pessoas que estiveram ou estão em situação de sem-abrigo e o objetivo é melhorar a qualidade de vida das pessoas (CRESCER, 2020); “Um Sem-Abrigo, Um Amigo” (Lisboa) que promove a redução da solidão por meio de apoio emocional e humano, ampliando a autoestima e dignidade da pessoa em situação de sem-abrigo (ASSOCIAÇÃO CONVERSA AMIGA [ACA], 2018a); “Vertente Saúde na Rua” (Lisboa) que se encaixa no projeto mencionado anteriormente e consiste na utilização das aptidões profissionais dos voluntários e dos recursos disponibilizados pelo próprio projeto para os mesmos intervirem, de forma metódica e bem estruturada, na área da saúde das pessoas em situação de sem-abrigo (ACA, 2018b); “Cacifos Solidários” (Lisboa) que passa pela disponibilização de um cacifo privado, acessível durante 24 horas, para que pessoas em situação de sem-abrigo guardem os seus pertences de forma segura, ao mesmo tempo que beneficiam de acompanhamento psicossocial por profissionais (ACA, 2018c). A estes projetos específicos

juntam-se, ainda, as políticas nacionais e os projetos desenvolvidos pelas diversas Câmaras Municipais.

No que tange à situação pandêmica atual, o aumento do número de indivíduos em situação de sem-abrigo evidenciado pelos inquiridos é corroborado na investigação realizada por Veiga *et al.* (2020). Deste modo, no estudo mencionado, 41% das organizações afirmam que estas pessoas foram muito afetadas pela situação pandêmica e, neste sentido, foi observável um agravamento da condição social e material, nomeadamente, ao nível da solidão, da saúde mental e da obtenção de materiais de proteção. Identicamente, houve uma sobrecarga por parte de alguns serviços de apoio social (e.g. refeitórios/cantinas sociais) que acentuaram de sobremaneira a situação de exclusão dos sem-abrigo. Contudo, realça-se que um dos impactos positivos que a pandemia trouxe no que toca à intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo foi a aceleração dos projetos e a antecipação das datas-limite para implementação dos mesmos.

Por último, fala-se de um futuro da intervenção que representa um amplo desafio, mas encarado com grande positividade pelos inquiridos. Desta forma, têm sido aprovados novos planos de intervenção pelo Governo sendo que, em 2017, o atual Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou que o desígnio nacional era “erradicar o drama dos sem-abrigo até 2023”. Ainda assim, os objetivos estabelecidos apenas miram para a resolução parcial do problema, como o próprio reconhece (CARRAPATOSO, 2017).

Conclusão

O presente artigo demonstrou que a intervenção desenvolvida com as pessoas em situação de sem-abrigo deve integrar modalidades inovadoras e educativas de forma a complementar a intervenção vigente. Neste sentido, pretende-se que as pessoas se (re)conheçam, que exista uma (re)qualificação das suas competências pessoais e sociais, com vista à sua (re)integração social e, consequentemente, que possam contribuir para o moroso processo de (re)construção da sua identidade enquanto pessoa e cidadão.

Face ao exposto, urge desenvolver projetos de cariz educativo, nos quais as pessoas em situação de sem-abrigo adquiram uma voz ativa, permitindo-lhes expor as suas ideias, com o fim de adequar as respostas existentes às reais necessidades vividas. A aditar, é de ressaltar que num país pequeno, existe uma diferença clara entre distritos na quantidade e a qualidade de

respostas a esta problemática. Não têm, portanto, igual acesso aos mesmos apoios todos os indivíduos que se encontrem em situação de sem-abrigo em Portugal, criando uma clivagem entre os mesmos dependendo do seu local geográfico. Assim, o projeto *Housing First*, embora se figure como pioneiro no contexto português, na vertente inovadora, e seja de extrema relevância, existe a necessidade de os decisores políticos lhe atribuírem maior financiamento, podendo, de facto, ampliar o seu contexto de atuação, face à grave situação de exclusão social em que estas pessoas se encontram.

Na elaboração do presente artigo existiram limitações, entre elas, a dificuldade inicial de estabelecer contacto com Instituições que tivessem disponibilidade para participar na investigação, não obtendo resposta por parte de algumas Entidades contactadas; e, neste seguimento, face ao contexto pandémico atual, ocorreu uma morosidade no agendamento e, consequente, realização das entrevistas com os técnicos.

No entanto, apesar das limitações observadas, importa afirmar que a realização da vigente investigação foi crucial do ponto de vista de uma maior compreensão das Instituições direcionadas para esta população-alvo, bem como, do papel que desempenham e da sua importância face à dimensão deste fenómeno.

Em suma, tendo em conta a profunda complexidade e dimensão que a situação de sem-abrigo abarca, é indispensável a intervenção e colaboração de uma multiplicidade de atores sociais, com especial enfoque nas práticas inovadoras, de modo a traçar um cenário menos incompleto do fenómeno, bem como delinear estratégias eficazes que, em última instância, sejam verdadeiros motores na luta contra a pobreza e exclusão social.

Referências

- AIRES, S. **Relatório: o fenómeno Sem-Abrigo na União Europeia - Bases e tipologias de uma estratégia.** Diálogos Setoriais. União Europeia Brasil, [s.d.]. Disponível em: http://www.sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/relatorio_fenomeno_sem_abrigo_na_ue_-_bases_e_tipologias_de_uma_estrategia_final_-_sergio_aires.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.
- AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa em educação.** 3. Ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. 428p.
- ASSOCIAÇÃO CONVERSA AMIGA. Um Sem-Abrigo Um Amigo. ACA, Portugal, 2018a. Disponível em: <https://conversa.pt/portfolio/projecto-um-sem-abrigo-um-amigo/>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- ASSOCIAÇÃO CONVERSA AMIGA. Saúde Na Rua. ACA, Portugal, 2018b. Disponível em: <https://conversa.pt/portfolio/projecto-saude-na-rua/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO CONVERSA AMIGA. Cacifos Solidários/SolidaryLockers. **ACA**, Portugal, 2018c. Disponível em: <https://conversa.pt/portfolio/cacifos-solidarios/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BAPTISTA, I. A problemática em Portugal. In: CAIS. **Sem-abrigo e imigração** - olhares sobre a realidade em Portugal. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2004. p. 34-39.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 288p.

BENTO, A.; BARRETO, E. **Sem-Amor Sem-Abrigo**. Lisboa: Climepsi Editores, 2002. 263p.

CAPUCHA, L. Pobreza, exclusão social e marginalidade. In: VEIGAS, J. M.; COSTA, A. F. **Portugal, que modernidade?** Oeiras: Celta Editora, 1998. p. 209-242.

CARRAPATOSO. É mesmo possível erradicar o problema dos sem-abrigo? **Observador**, Portugal, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/e-mesmo-possivel-erradicar-o-problema-dos-sem-abrigo/>. Acesso em: 05 dez. 2020

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Sistemas de Inovação: Políticas e Perspectivas. **Parcerias Estratégicas**, v. 5, n. 8, p. 237-255, 2000. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/99. Acesso em: 14 dez. 2020.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Portugal, 2005. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Declaracao-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

COSTA, A. B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, A. B. (coord.). **Um olhar sobre a Pobreza**. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo. Lisboa: Gradiva, 2008.

CRESCER. É um restaurante. **Crescer**, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://crescer.org/project/eumrestaurante/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO. **A questão sem-abrigo em Portugal**. Portugal, 2011. Disponível em: <http://www.enipssa.pt/documents/10180/12352/Anexo+3+-+Destaque+CENSOS+2011/c7944d81-c24f-431e-9ce0-d1b681ecd221>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FEDERAÇÃO EUROPEIA DE ORGANIZAÇÕES A TRABALHAR COM SEM-ABRIGO. **ETHOS - European Typology of Homelessness and housing exclusion**. Portugal: FEANTSA, 2007. Disponível em: <https://www.feantsa.org/download/en-16822651433655843804.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GODINHO, M. M. **Inovação em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/70d648d0-d397-424b-91d3-9e8e9f0c16ab/inovacao-em-portugal>. Acesso em: 02 fev. 2021.

GOMES, T.; GUADALUPE, S. Redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. **Interações**, v. 11, n. 21, p. 71-94, 2011. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/323/335>. Acesso em: 19 out. 2020.

GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. (Portugal). **A Democracia Portuguesa**. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/portugal/democracia>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GRUPO DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (Portugal). **ENIPSSA 2017-2023** - Sumário Executivo. Portugal: ENIPSSA, GIMAE, 2018. Disponível em:

<http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/ENIPSSA+2017-2023+%E2%80%93+Sum%C3%A1rio+Executivo/4d02c057-6a26-4fa3-9b43-f1b7f77ae3c1>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GRUPO DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (Portugal). **Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo** - Síntese de Resultados. Portugal: ENIPSSA, GIMAE, 2020. Disponível em: <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo+-+31+Dezembro+2018+%E2%80%93+Quadros/447d13d0-c7c3-44bd-9196-84452cf93c82>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GUADALUPE, S. **Intervenção em rede**. Serviço Social, sistémica e redes de suporte social. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016. 142p.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. (Portugal). **Estudo dos Sem-Abrigo**. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I. P., 2005.

JESUS, M.; MENEZES, I. A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 3, p. 527-535, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n3/v28n3a12.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MARQUES, E. Intervenção comunitária através da arte com pessoas em situação de sem-abrigo. **Revista Espacios Transnacionales**, v. 1, n. 1, p. 118-128, 2013. Disponível em: <http://espaciostransnacionales.org/wp-content/uploads/2014/10/12-Sem-abrigo.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NOGUEIRA, S. M.; FERREIRA, J. A. A realidade psicossocial dos sem-abrigo: breve contributo para a sua caracterização. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 1, n. 41-3, p. 195-205, 2007. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/4635/1/13%20-%20A%20realidade%20psicossocial%20dos%20sem-abrigo-%20Breve%20contributo%20para%20a%20sua%20caracterizacao.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

NÚCLEOS DE PLANEAMENTO E INTERVENÇÃO SEM-ABRIGO. **NPISA DE Coimbra**. Coimbra: ENIPSSA, 2018. Disponível em: http://www.enipssa.pt/documents/10180/15182/Coimbra_Agosto_2018_Caracterizacao_NPISA_Site_ENIPSSA/fba84202-db15-46e5-9850-503856481a1e. Acesso em: 03 dez. 2020

PLATAFORMA ONGD. O que é a Agenda 2030? **ONGD**, Lisboa, s.d. Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/agenda2030/o-que-e/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

PLEACE, N. **Housing First Guide Europe**. University of York, 2016. Disponível em: https://housingfirsteurope.eu/assets/files/2017/03/HFG_full_Digital.pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

PORTUGAL. Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro. Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social. **Diário da República**, Lisboa, 30 dez. 2013. 1. série, n. 252, p. 8-19, 2013.

RODRIGUES, E. V., SAMAIGO, F., FERREIRA, H., MENDES, M. M.; JANUÁRIO, S. Conceitos de Pobreza e Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, v. 9, p. 63-101, 1999. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2566/2351>. Acesso em: 29 dez. 2020.

ROSA, V.; GUADALUPE, S. A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. **Revista Intervenção Social**, v. 1, n. 42/45, p. 155-174, 2015. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/2198>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VEIGA, F.; CRUZ, P.; SANTOS, E. O Combate à Pobreza em Contexto da Covid-19. Resultados do Inquérito às Organizações. **Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal**, Porto, p.1-26, 2020. Disponível em: <https://www.eapn.pt/documento/687/o-combate-a-pobreza-em-contexto-da-covid-19-resultados-do-inquerito-as-organizacoes>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Recebido em: 12/04/2021.

Aceito em: 27/09/2021.